

FORMAS DE FUNCIONALISMO NA SINTAXE*
(Functionalism in Syntax)

Mary A. KATO (*Universidade Estadual de Campinas*)

ABSTRACT: This article shows that the term “functionalism”, very often understood as a single or uniform approach in linguistics, has to be understood in its different perspectives. I start by presenting an opposing conception similar to the I-language vs E-language in Chomsky (1986). As in the latter conception, language can be understood as an abstract model of a mind internal mechanism responsible for language production and perception or, as in the former one, it can be the description of the external use of language. Also like with formalists, there are functionalists who look for cross-linguistic variation (and universals of language use) and functionalists who look for language internal variation. It is also shown that functionalists can differ in the extent to which social variables are considered in the explanation of linguistic form.

RESUMO: Este trabalho procura mostrar que o termo “funcionalismo”, frequentemente suposto como uma abordagem única ou uniforme na lingüística, precisa ser compreendido em suas diversas perspectivas. Início o trabalho apresentando o contraste conceitual semelhante às de Língua-I e Língua-E, em Chomsky (1986). Tal como na primeira concepção, a língua, na visão funcionalista, pode ser tomada como um modelo abstrato do mecanismo interno da mente responsável pela produção e percepção da língua ou, como na segunda, pode ser entendida como a descrição dos usos externos da língua. Também paralelamente aos formalistas, há funcionalistas que procuram a variação translingüística possível (os universais do uso da língua) e funcionalistas que procuram determinar as causas da variação intra-lingüística. Também procuro mostrar que os funcionalistas podem diferir na extensão do uso de variáveis sociais na explicação da forma lingüística.

KEY WORDS: Functionalism; Production and Perception Models; Universals of Language Use; Language Internal Variation; Functions of Language.

* Esse artigo retoma o debate estabelecido na Revista D.E.L.T.A. a partir do artigo de Votre e Naro (1989). Agradeço a Jairo Nunes e Leila Barbara pela leitura da primeira versão deste trabalho, eximindo-os de quaisquer falhas remanescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo; Modelos de Produção e Percepção; Universais de Uso da Língua; Variação Intra-lingüística; Funções da Linguagem.

0. Introdução

Nos estudos lingüísticos modernos, podemos identificar duas perspectivas diferentes de se estudar a linguagem: a perspectiva formal e a perspectiva funcionalista¹. Essas perspectivas diferem, entre outros aspectos² já discutidos nesta Revista, em relação:

- a) ao vocabulário descritivo que postulam como primitivos, isto é, às categorias formais para a primeira e às semântico/pragmáticas para a segunda;
- b) à forma da língua como sendo determinada pelo seu uso, postulado assumido pelos funcionalistas, mas negado pelos formalistas até o Minimalismo³.

O objetivo aqui é continuar o debate ocorrido na Revista D.E.L.T.A. sobre funcionalismo vs formalismo, mas o que pretendo fazer, neste trabalho, não é opor esses “-ismos”, mas antes mostrar que há pelo menos mais de uma forma de funcionalismo⁴ e que o contraste entre as várias perspectivas se assemelha aos contrastes encontrados nas abordagens formalistas. No meu entender de gerativista, é necessário, antes de mais nada, distinguir funcionalismo direcionado a um modelo abstrato de uso da língua e funcionalismo direcionado à língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. O que quero dizer é que, mesmo na visão funcionalista, temos os correlatos da Língua-I e da Língua-E de Chomsky (1986), para quem Língua-I é a representação da competência sintática do falante e Língua-E é o objeto gramatical externo, observável. A diferença é que na visão-I (interna, individual e intensional) do funcionalista, o que se estuda são os processos mentais que entram em jogo no uso da língua e não apenas o conhecimento estrutural dos

¹ Veja uma discussão didática dessa oposição em Neves (1997) e as diferenças da perspectiva epistemológica da aquisição em Kato (1986), 9ª edição (1998).

² As diferenças entre ambas foram já largamente debatidas em seções de DEBATE desta Revista (v. Votre e Naro, 1989; Nascimento, 1990; Dillinger, 1991). Aqui trazemos aquelas que serão úteis na extensão desse debate.

³ Vide discussão na última seção.

⁴ Veja esse tópico desenvolvido no capítulo 4 de Neves (1997). Infelizmente, só tive conhecimento da obra dessa autora quando o artigo estava escrito. O leitor deve, contudo, complementar o que digo, do ponto de vista de uma gerativista, com o que diz a autora funcionalista, de forma muito mais competente.

enunciados, e na visão-E (externa e extensional), leva-se em conta a Língua-E em contexto. Vou chamar o objeto na visão-I de sistema-I e o objeto na visão-E de sistema-E.

O estudo do sistema-E envolve o problema do vocabulário colocado em (a) e o estudo do sistema-I envolve principalmente a questão b. Neste trabalho, vamos primeiro discutir os estudos sobre o sistema-I e em seguida os estudos sobre o sistema-E.

1. Funcionalista em busca de um modelo de uso

Uma das distinções que Leech (1983) faz entre formalistas e funcionalistas é a de que os primeiros tendem a encarar a linguagem essencialmente como um fenômeno mental e os últimos, como um fenômeno social (v. discussão em Dillinger, 1991). Mas isso significaria que os funcionalistas não se preocupam em construir modelos de uso? Ora, qualquer manifestação de interesse com universais translingüísticos parece levantar questões sobre a processabilidade da linguagem e a interação de operações na mente humana.

Os problemas enfrentados pela teoria-padrão gerativa na década de sessenta levou muitos lingüistas a pensarem em interpretar muitos fenômenos do sistema-E como sendo fortemente influenciados por problemas de desempenho, ou de restrições cognitivas mais gerais. Nas palavras de Bever (1977:66): “Thus, certain universal structural properties of language may express general cognitive constraints rather than particular innate linguistic structures”. O estudo de Bever tenta explorar o papel da percepção nas intuições de aceitabilidade.

Nessa abordagem psicolingüística, procura-se aprofundar a própria noção de complexidade perceptual. Bever (1970) propôs uma teoria que oferecia uma alternativa para a falida hipótese da complexidade derivacional⁵. Para ele, o ouvinte estaria equipado com um conjunto de técnicas heurísticas, ou estratégias perceptuais, que lhe permitiriam recuperar as relações de estrutura profunda, através de pistas fornecidas pela estrutura superficial. Assim, para Bever (1970, 1977) qualquer explicação processual-perceptual das línguas deve pressupor uma descrição de como é a gramática dessas línguas, embora derivação sintática e recuperação de sentido não tenham sido concebidos como

⁵ Segundo essa hipótese, sustentada durante o período da gramática-padrão, a complexidade para interpretar uma sentença derivava de sua complexibilidade derivacional: quanto mais transformações, interpretativamente mais complexa seria a sentença. O processamento era visto como uma operação de transformação das estruturas.

caminhos inversos como na hipótese da complexidade derivacional. Também, na época, o gerativista Ruwett (1972) endossa essa visão de Bever, mas estudando problemas de ambigüidade e não de complexidade. Para ele também, regras sintáticas devem ser mantidas distintas de estratégias de processamento⁶.

Um precursor desse tipo de abordagem é Zipf (1960), para quem as estruturas das línguas naturais justificam-se pela “lei do esforço mental mínimo”. A estrutura de uma língua, segundo ele, deve equilibrar de forma ideal as necessidades e esforços do falante e do ouvinte. Assim, quando uma seqüência particular tem uma carga excessiva de ambigüidade, a língua tende a mudar. Zipf propõe, ainda, que, em nível de palavra, sua freqüência se relaciona logaritmicamente com seu comprimento, fazendo supor que freqüência é uma função da complexidade. As constatações, na literatura, de que constituintes longos tendem a ser colocados no fim da sentença em línguas de núcleo inicial poderiam ser, à primeira vista, uma consequência desse tipo de colocação. Assim, Dik (1978) atribui esse peso maior na extremidade à direita a restrições de processamento. O problema com essa explicação é que em línguas SOV temos exatamente o contrário, isto é, constituintes longos tendem a ficar no início da sentença. Se o problema é de processamento, envolvendo, portanto, memória de curto termo, seria estranho admitir que para falantes de língua SVO o lugar de processamento menos penoso é no fim da sentença e para falantes de línguas SOV é no início.

Dentro da mesma hipótese psicolinguística, temos também o estudo clássico de Yngve (1960), no qual o autor propõe que as línguas se estruturam de forma a restringir ramificações à esquerda, por estas imporem uma carga excessiva de processamento ao usuário da língua. O papel das transformações, para este autor, seria o de minorar essa carga, desmanchando as estruturas com ramificação à esquerda e constituindo estruturas com ramificação à direita. Assim, por exemplo, a extraposição de constituintes longos transforma uma estrutura pesada à esquerda em uma estrutura pesada à direita. Podemos fazer aqui a mesma restrição que fizemos acima. Para línguas SVO e VSO, a afirmação de Yngve pode se aplicar, mas o mesmo não pode ser dito de línguas SOV, para as quais são justamente as ramificações à esquerda que são mais naturais.

É justamente nessas diferenças translingüísticas que Kuno (1974) se apóia para mostrar que tanto nas línguas OV quanto VO, são os encaixes centrais e

⁶ Veja uma descrição minuciosa desse tipo de estratégia em Kato (1985).

não as ramificações à esquerda que causam dificuldades. Seu estudo sobre a posição das orações relativas nas línguas naturais é uma explicação funcionalista para a restrição encontrada por Greenberg, de que línguas iniciadas por verbo têm a oração relativa depois do núcleo nominal e línguas que têm o verbo no fim têm suas relativas antes do núcleo nominal. Kuno mostra que, se essa relação de simetria transcategorial não é respeitada, a estrutura resultante seria de difícil processamento, devido ao excesso de encaixes centrais que as línguas produziriam.

Clark e Clark (1977), que são também funcionalistas nesse tipo de orientação, dizem explicitamente que a harmonia, ou simetria, transcategorial de posição dos núcleos é uma exigência da nossa capacidade de processamento. Assim, esses funcionalistas admitem que a língua tem uma estrutura X-barra, embora atribuam essa propriedade ao modelo de uso e não da representação da gramática, *stricto-sensu*.

Outro psicolinguísta que admite ser a língua um objeto estrutural é Kimball (1973), que trabalha com ambigüidade e mostra, por exemplo, que se um constituinte pode ser interpretado como tendo uma relação com uma posição baixa ou alta na estrutura, a primeira ligação do ouvinte é com a posição encaixada mais baixa.

- [1] a. A professora falou com os estudantes *do Chile*.
 b. “os estudantes são chilenos”
 c. “a professora estava no Chile”

Vê-se, pois, que a reflexão funcionalista pode ir além da explicação das formas efetivamente usadas e predizer comportamentos, ou mesmo objetivar a explicação do motivo da existência dos próprios princípios formais que determinam a ordem invariante ou variante nas línguas naturais ou no comportamento dos falantes. São explicações que procuram justificar o porquê dos princípios formais e nessa tentativa acabam por minimizar a dicotomia entre competência e desempenho, atribuindo um valor psicológico (de processamento) à própria gramática formal.

Esquemmatizando, temos:

- [2] dados-> regras -> restrições formais->interpretação funcional das regras

Essa forma de funcionalismo cujo objeto venho chamando de sistema-I, constitui hoje, como sabem, parte de uma disciplina complexa denominada

Ciências Cognitivas. Tal disciplina propõe-se a responder a perguntas tais como:

- *“To what extent can a theory of language behavior be developed without a theory of linguistic structure?”*
- *To what extent can there be a linguistic theory without a general theory of cognitive functioning?*
- *To what extent can there be a cognitive theory without a theory of language behavior?*

(Bever, Carroll & Miller, 1984)

No livro *Talking Minds*, de Bever, Carroll e Miller (1984), essas perguntas são respondidas de diversas formas por lingüistas da estatura de Katz, Jackendoff e Fillmore, por psicolingüistas reputados como Kintsch, Osgood e Premack e por teóricos das ciências computacionais como Roger Schank e Mitchell Marcus. Alguns aderem à visão modular da mente, atribuindo à gramática um módulo especializado, e outros à tese de um mecanismo holístico, multi-funcional.

Uma vez que o estudo do comportamento lingüístico é, na maioria dos casos, visto como um problema da arquitetura da mente e não apenas como usos comportamentais externos (à moda behaviorista), não resta dúvida de que a perspectiva funcionalista que estuda o sistema-I é hoje, junto com a pesquisa gerativista, uma área fascinante de pesquisas teóricas e experimentais sobre a mente humana.

2. Funcionalistas à procura da variação translingüística possível

É importante fazer uma distinção inicial entre lingüistas que dão explicações funcionalistas na descrição de línguas particulares e aqueles que procuram explicar os padrões formais possíveis nas línguas através de princípios funcionais. Os primeiros são os funcionalistas que trabalham em variação intra-lingüística e os últimos, que trabalham numa linha inter-lingüística. Passo a discorrer sobre esses últimos.

2.1. Funções gramaticais

Todos os funcionalistas admitem a existência de funções em vários níveis, em todas as línguas, mesmo que não haja perfeita concordância entre eles. Há um consenso em torno de algumas funções diretamente ligadas ao fenômeno da ordem gramatical. São elas:

- [3] a. funções gramaticais (sujeito, objeto, predicado...)
 b. funções semânticas (agente, paciente, locativo, tempo...; animado, humano, definido, indefinido...)
 c. funções textuais (tópico/foco, ou tema/rema, figura/fundo)

Embora o estruturalismo, já no modelo de constituintes imediatos, tenha banido funções como primitivos, as generalizações translingüísticas do trabalho clássico de Greenberg (1966) são formuladas usando-se tais funções gramaticais. Da mesma forma que os formalistas vêm tentando explicar o porquê dos universais indutivos de Greenberg, os funcionalistas também vêm se empenhando em dar uma interpretação aos mesmos fatos.

Assim, o Universal I de Greenberg generaliza que, em sentenças declarativas, com sujeito e objetos nominais, a ordem dominante é quase sempre aquela em que o sujeito precede o objeto. Se outras funções precedem o sujeito teremos uma ordem recessiva ou marcada. Podemos dizer, então, que a ordem canônica no nível das funções gramaticais seria:

[4] S > O

Para o funcionalista, no fato do sujeito ser freqüentemente o tópico não-marcado da sentença estaria a explicação dessa ordem preferencial. Temos, porém, outras funções gramaticais como Objeto Indireto (OI) e Adjuntos Adverbiais e a questão é até que ponto, para o problema de sua linearização, tais funções têm explicações de ordem funcional. Poderíamos propor que a ordem preferencial dos complementos nas línguas é:

[5] O > OI

isto é, o sujeito antes do objeto direto e este antes do objeto indireto. Essa última ordem seria determinada pelo princípio visto acima de constituintes mais complexos ocuparem a periferia direita da sentença. Essa afirmação esbarra com línguas SOV onde a ordem mais natural (cf. Kuno, 1972) parece ser:

[6] S > OI > O

Esse fato nos leva a reformular a asserção acima para:
 “OD aparece mais próximo do V do que OI.”

Mas essa afirmação parece dizer a mesma coisa que o princípio da

adjacência de caso do gerativista Stowell (1981), para quem atribuidor de caso e receptor de caso devem canonicamente aparecer adjacentes. Se o objeto direto tem caso atribuído pelo verbo é ele que deverá aparecer adjacente a este. O japonês, porém, tem o caso do objeto presumivelmente atribuído pela posposição *-o*, o que o coloca em condições de igualdade com o objeto indireto, não havendo motivo formal para o objeto aparecer contíguo ao verbo. Logo, a formulação da ordem relativa entre OD e OI, em termos de restrições formais, parece ser mais motivada translingüisticamente.

Vejam agora a ordem relativa entre Objeto Indireto e Adjuntos, isto é, constituintes não exigidos pelo verbo. Para os lingüistas da gramática relacional (v. Cole & Saddock, 1977), sujeito, objeto direto e objeto indireto são termos puros (TERMOS) por desempenharem uma função central na sintaxe das línguas naturais e se diferenciam dos não-termos, adjuntos, por não terem um conteúdo semântico independente do verbo. Os termos impuros são designados de OBJETOS OBLÍQUOS (OBL) e compreendem os locativos, instrumentais e benefactivo. Mais do que para a ordem linear superficial, essas funções gramaticais são importantes para os lingüistas relacionalistas na determinação de possíveis regras de mudança de relações funcionais. Assim, na regra da passiva o que era objeto direto ou algum outro complemento passa a ser sujeito e o que era sujeito passa a exercer a função de um não-termo (*chômeur*). O que se torna o sujeito obedeceria à seguinte hierarquia:

[7] S > O > OI > OBL

Essa hierarquia diz que sujeitos têm primazia sobre objetos diretos, estes sobre OIs, que por sua vez têm primazia sobre os Obls. Johnson (1977) analisa o fenômeno da “Regra de Promoção a Sujeito” nas línguas naturais e mostra que essa hierarquia é motivada translingüisticamente, em sua análise conjunta de línguas como o francês, o alemão, o albanês, o japonês, o sânscrito, o malaguenho e o cebuano. O quadro abaixo mostra como essa hierarquia é respeitada:

[8] REGRA DE CRIAÇÃO DE SUJEITO

Língua	Promoção a sujeito do:		
	OD	OI	OBL
Francês	sim	não	não
Alemão	sim	não	não
Albanês	sim	não	não

Japonês	sim	sim	não
Sânscrito	sim	sim	não
Malaguenho	sim	sim	sim
Cebuano	sim	sim	sim

Ainda na teoria relacional, a “Lei da Anulação Relacional” determina que se um SN assume uma função gramatical em relação ao verbo, então o SN que exercia essa função anteriormente deixa de ter qualquer relação gramatical, tornando-se um ‘chômeur’ (em termos de gramática tradicional, um adjunto). Assim, em uma transformação da ativa para a passiva, na versão da gramática relacional, o objeto inicial assume a função gramatical de sujeito derivado e o sujeito inicial entra em adjunção (em ‘chômage’)⁷.

Dentro dessa versão, teríamos ainda uma explicação para as ordens alternativas OD OI e OI OD que temos em línguas como o inglês. A sentença (9)a, na concepção da gramática relacional, teria a forma (9)b, como derivada por uma regra de ascensão em que OI assume a função de OD e o OD inicial entra em adjunção.

- [9] a. Debbie gave a record to Anne.
 b. Debbie gave Anne a record.

Esses estudos mostram que a hierarquia de acessibilidade das funções gramaticais, estabelecida por Keenan e Comrie (1977) para a relativização, é relevante em diversos processos gramaticais e parece dar conta melhor do que o princípio da complexidade crescente de Bever e de Dik.

Para esses autores, que partem de dados empíricos de muitas línguas, existe uma hierarquia invariante de funções gramaticais — a hierarquia de acesso — que permite prever que se uma dada língua usa uma determinada estratégia de relativização em um determinado ponto da hierarquia, ela usará a mesma estratégia em todas as funções que se encontram à esquerda dessa função. A hierarquia proposta é a seguinte:

- [10] sujeito > objeto > obj. indireto > oblíquo > genitivo > comparativo

A tese funcionalista de Keenan e Comrie consiste na postulação de que tal hierarquia é determinada por facilidade/dificuldade de processamento da linguagem. Assim uma estrutura contendo relativização do sujeito seria mais

⁷ Literalmente = desempregado.

facilmente processada do que uma estrutura contendo relativização do objeto; esta, por sua vez, seria mais fácil do que uma estrutura contendo relativização do objeto indireto e assim por diante. Tal tipo de estudo também se insere dentro da Gramática Relacional, que atribui estatuto primitivo às funções (ou relações) gramaticais 'sujeito', 'objeto' etc.

O que é interessante nesses estudos tipológicos funcionalistas é que eles conseguem dar conta de muitos fenômenos tratados por gerativistas ortodoxos, usando as funções gramaticais e apenas a ordem linear como forma de saída, sem usar a noção e a restrição de estruturas arbóreas. Mas há uma diferença fundamental entre um funcionalista como Dik e os gramáticos relacionais. Estes partem de ordens básicas e usam a noção de transformação para dar conta das ordens derivadas⁸. Aquele dispensa a noção de transformação⁹.

2.2. Funções semânticas

Ordens canônicas em outros níveis funcionais também têm sido propostas. No nível das funções semântico-temáticas, podemos dizer que o agente precedendo o paciente é a ordem semântica natural. Prova disso é que, em qualquer teoria gramatical, a forma ativa é considerada a primitiva e a forma passiva, a derivada. Dik (1978) propõe uma hierarquia de subjetividade com base em papéis semânticos (ou temáticos):

[10] Agente > Alvo > Recipiente > Benefactivo > Instrumento > Locativo >
Tempo

Quanto mais se desce na escala, mais difícil fica encontrar esse papel atribuído ao sujeito.

Outras hierarquias de ordem semântica têm sido propostas: o definido antes do indefinido, o possuidor antes do objeto possuído, o humano antes do não-humano e o animado antes do inanimado¹⁰:

[11] (a) DEFINIDO > INDEFINIDO

⁸ Embora não apareça explicitamente, a contribuição dos gramáticos relacionais na teoria de restrições às regras na teoria gerativa foi significativa.

⁹ Para uma aplicação interessante da teoria de Dik no português, v. Pezzati e Camacho, (1997)

¹⁰ Ao contrário dos demais, Comrie (1981) propõe uma hierarquia não-binária para a hierarquia [+humano], analisando o [-humano] em duas posições distintas.

HUMANO > ANIMADO > INANIMADO

- (b) POSSUIDOR > POSSUÍDO
- (c) HUMANO > NÃO-HUMANO
- (d) ANIMADO > INANIMADO

O problema do japonês ter a ordem não-marcada S>OI>O pode agora ser explicado pela hierarquia (c) ou (d).

Podemos ainda exemplificar a hierarquia definido > indefinido, usando o caso do chinês. Li e Thompson (1975) mostram que o chinês pode ter o objeto direto antes ou depois do verbo, enquanto todos os demais complementos e adjuntos ficam antes do verbo. Quando está antes do verbo, o OD vem acompanhado de preposição. A teoria de Li e Thompson é de que o chinês, a longo prazo, viria a ser uma língua SOV. Interpretando os fatos do chinês, a gerativista Travis (1984) encara o estado sincrônico do chinês como estável e não o de uma gramática em mudança. A língua se define como sendo [+papel-q à esquerda] e [+ Caso à direita]. Assim, os argumentos nascem todos à esquerda do verbo. Os complementos e adjuntos aparecem todos preposicionados. O OD pode, todavia, apresentar uma ordem variante, isto é pós-verbal, situação em que aparece sem preposição, pois aí recebe caso do verbo. A distribuição é funcional, mas o licenciamento é formal. É o licenciamento formal que explica por que só o objeto pode ter essa dupla distribuição: o verbo só pode atribuir acusativo, Caso do objeto direto. Se a ordem fosse regida apenas pela hierarquia semântica, qualquer complemento ou adjunto deveria poder aparecer depois do verbo.

2.3. Funções discursivo-textuais

No nível das funções discursivo-textuais, temos tido também um certo consenso: o dado (ou evocado) antes do novo (Clark e Havilland, 1977, Kuno, 1972 e outros), o tema antes do rema (Halliday, 1967), o mais pressuposto antes do menos pressuposto (Givón, 1979b). Para Halliday, não se deve confundir 'tema' com 'dado'. Para ele, o 'dado' é aquele de que vem se falando no discurso, enquanto o 'tema' é aquele do qual se fala na sentença, seu ponto de partida.

Temos, ainda, a hierarquia das pessoas do discurso: primeira antes da segunda e segunda antes da terceira, hierarquia também chamada de empática, por Kuno (1975). Por tratar-se de pessoas do discurso, poderíamos dizer que essa hierarquia está no nível discursivo-pragmático. Outros, porém,

não fazem a distinção entre o nível semântico e o discursivo-pragmático e propõem que as pessoas do discurso seriam apenas subclasses da classe dos humanos, que por sua vez seria parte de outra hierarquia como, por exemplo, a proposta de Comrie (1981). Seria o tipo de hierarquia como aquela usada por Zubin (1979), para a atribuição do caso nominativo:

[12] falante>ouvinte> outro humano> concreto> abstrato

Tal hierarquia seria de ordem cognitivo-empática, motivada pela visão egocêntrica do homem, segundo palavras do autor:

“Em discurso, a probabilidade de que uma entidade aparecerá no nominativo, quando ele é mencionado, será uma função da ego-distância dessa entidade em relação ao falante.” (p.495)

Outra proposta complexa é a de Dixon (1979), cujo objetivo foi o de estabelecer uma escala de agentividade potencial:

[13]

Pronomes			NOMES		
1ª >	2ª >	3ª >	Próprios >	Comuns	
				Humano >	Animado> Inanimado

Na verdade, para certos autores (cf. Zubin e Kopcke, 1985), as hierarquias, ou princípios, são apenas manifestações mais concretas do princípio da egocentricidade (do eu-primeiro). Dizem Zubin e Kopcke, que iniciamos a codificação linguística com aquilo que é mais familiar para o falante; começamos pelo agente porque nos consideramos potentes; colocamos os animais antes do inanimado porque aqueles são mais parecidos conosco; iniciamos com algo que foi estabelecido no contexto imediato para nós.

A abordagem discursivo-textual pode ainda apresentar um tipo de condicionamento que não se limita à função referencial-coesiva, mas a uma função textual mais ampla como aquela estudada por Hopper (1979) para o inglês e por Votre e Naro (1989) para o português, sobre a função de sentenças com sujeito posposto no texto. Para esses autores, o que é relevante não é o estatuto ‘novo’ ou ‘velho’ do SN posposto, como vem sendo estudada a questão, mas o estatuto da própria sentença VS dentro do texto. No trabalho mencionado, Votre e Naro constatam que o fio da narrativa (figura) é veiculada por sentenças de alta polaridade, isto é, transitivas, enquanto as sentenças

com ordem VS apenas acrescentam informações de fundo.

2.4. A força relativa das hierarquias de vários níveis

A naturalidade de ordem de uma determinada seqüência de palavras parece ser uma função de todas as hierarquias acima, de tal forma que quanto mais hierarquias forem obedecidas, mais natural a sentença soaria. Inversamente, quanto mais hierarquias forem violadas mais marcada seria a sentença. Para Zubin e Kropcke (1985), que estudaram a ordem SO e OS em alemão, a linearização seria uma função do 'desempenho', o qual faria uso de um mecanismo de tomada de decisão, em um sistema dinâmico, para avaliar o peso relativo das forças em oposição. Para eles, os princípios podem diferir individualmente em força, mas não se pode dizer que haja um princípio que domine todas as outras forças. O que se avalia, segundo eles, é a força cumulativa dos fatores, que determinará se a ordem será SO ou OS. As ordens preferenciais e as ordens categóricas são, para eles, manifestações do mesmo mecanismo de desempenho.

Essa teoria de Zubin e Kropcke pode ser interessante para línguas com variação de ordem como o alemão, mas não consegue explicar o que determinaria a ordem em línguas de ordem rígida. Os autores falam em variação individual na tomada de decisão quanto ao peso que vai se atribuir a cada fator. Podemos também pensar em variação de escolha em termos de língua, de sistema. Há línguas que privilegiam a hierarquia das funções gramaticais e, nesse caso, a ordem seria fixa e determinada por princípios de ordem formal. Inversamente, se uma língua apresenta variação na ordem, isso significa que ela estará privilegiando também outros tipos de hierarquia. Assim sendo, quando um sistema apresenta duas codificações diferentes para a mesma *função gramatical*, a explicação para essa redundância deverá ser encontrada em outro nível funcional. Nessa perspectiva, em relação ao nosso problema de ordem, podemos dizer que quanto mais variação de ordem uma língua permitir, mais sensível ela será a explicações funcionalistas, isto é, a ter sua ordem explicada em termos de funções semânticas ou textuais-discursivas, e não em termos estritamente sintáticos¹¹. Por outro lado, quanto menos opções posicionais para uma mesma função gramatical a língua apresentar, menos biunivocidade entre posições sintáticas e funções de ordem semântica ou textual essa língua

11 É o que mostra o estudo diacrônico de Andrade Berlinck (1995) sobre o português brasileiro e europeu, que perdeu muito de sua capacidade de pospor o sujeito. Enquanto antigamente o PB tinha a inversão bastante produtiva com quaisquer tipos de verbos, a escolha sendo determinada por fatores funcionais, hoje a construção se limita a verbos ergativos.

vai exibir.

Isso não significa dizer que toda variação de ordem possa ser explicada funcionalmente, sem polêmicas, em termos semânticos ou pragmático-textuais. Já vimos que lingüistas de qualquer tendência reconhecem o movimento conhecido como extraposição do constituinte pesado (ou sua variante, movimento de constituinte complexo). Para alguns funcionalistas, principalmente os de linha psicolingüística como Bever (1970, 1977) e Kuno (1974), esse tipo de movimento seria regido por princípios perceptuais, para facilitar o processamento. Embora Ziv (1975) dê uma interpretação estritamente pragmático-textual a esse tipo de estrutura, poderíamos também atribuir o condicionamento ao componente rítmico da sentença.

Essas observações mostram novamente que há divergências, mesmo entre os funcionalistas, em relação às interpretações de causalidade sobre um determinado fenômeno de variação lingüística¹².

Porém, quando se trata de forma da gramática, não se deve menosprezar a importância dos autores funcionalistas-processualistas, que propõem suas análises principalmente com base em dados experimentais e de introspeção, pois é a sua capacidade imaginativa de contextos possíveis e de sentenças possíveis a responsável heurística das explicações funcional e psicologicamente interessantes.

Resumindo, podemos dizer ainda que em cada nível (ou sub-módulo) temos uma ordem canônica, ditada por uma hierarquia de funções do mesmo nível, e que as línguas podem variar conforme privilegiem hierarquias de um ou outro nível. As chamadas línguas quentes ou orientadas para a sintaxe, de Huang (1984), definidas por esse autor com critérios estritamente formais e em função do tipo de categorias vazias em cada tipo de língua, podem, a nosso ver, ser definidas em uma perspectiva funcional como aquelas que dão primazia à hierarquia das funções gramaticais, enquanto as línguas frias, ou aquelas a que Huang chama de orientadas para o discurso, seriam as que ordenam seus constituintes de acordo com as hierarquias das funções discursivo-textuais.

¹² O variacionista sociolingüista, contrariamente a esses autores, que atribuem a forma a apenas um tipo de fator, optam pela adoção de uma perspectiva multi-causal, e procuram, através de uma metodologia quantitativa, medir o peso relativo de cada um. Há ainda a diferença de que, enquanto os lingüistas funcionalistas trabalham no nível abstrato da língua, procurando explicar funcionalmente a organização interna da gramática, os sociolingüistas trabalham com os dados brutos da fala em contexto, o que lhes permite, muitas vezes, sustentar a hipótese de que são fatores extra-lingüísticos que determinam uma forma ou outra, como, por exemplo, o grau de formalidade de uma situação ou o nível social dos sujeitos, etc.

Esse tipo de perspectiva de variação translingüística em função de uma hierarquização das próprias hierarquias já vem encontrando adeptos, na linha conhecida hoje como a Teoria da Optimalidade (v., por exemplo, Prince & Smolensky, 1994; Leech, Raymond & Smolensky, s/d.), que casa a teoria formal com uma teoria de hierarquias funcionais.

3. Funcionalistas em busca da variação intra-lingüística

Ao invés de procurar as generalizações translingüísticas possíveis na gramaticalização das funções de vários tipos, há pesquisas que desenvolvem a realização dessas funções em línguas particulares, em seus aspectos sincrônicos ou diacrônicos. É o caso, por exemplo, do trabalho clássico de Li e Thompson (1975) sobre a ordem dos constituintes no Mandarim¹³. É também o caso de Castilho (1994), para quem, não havendo correlação biunívoca entre forma e função, “um estudo funcionalmente orientado despreza a busca imediata de generalizações que se encontram na comparação das línguas entre si, privilegiando, num primeiro momento, o estudo empírico de uma dada língua”(p. 77).

Também aqui temos uma disputa entre uma posição radical que nega a sintaxe como um nível, ou módulo, autônomo (por exemplo, Givón, 1979) e aquela que vê a forma realizada como uma confluência de fatores discursivos e estruturais (Kuno, 1987; Du Bois, 1985). Para se ter uma idéia da diferença entre esses dois tipos de funcionalismo, vejamos um trecho de Givón (1979: xiii):

Em torno da última década, tornou-se óbvio para um crescente número de lingüistas que o estudo da sintaxe de sentenças isoladas, sem o seu contexto natural, extraídas das construções intencionais de falantes é uma metodologia que já ultrapassou sua utilidade. Primeiro, as sentenças isoladas e sua sintaxe estão em freqüente desacordo com a sintaxe encontrada na fala natural, não eliciada artificialmente, de tal forma que sérias dúvidas podem ser levantadas quanto à sua legitimidade e efetiva realidade, exceto como artefatos curiosos de um método particular de eliciação. Além disso, o estudo da sintaxe, quando limitado ao nível sentencial e privado de seu contexto comunicativo-funcional, tende a ignorar ou até mesmo a obscurecer o papel enorme que considerações comunicativas que afetam a estrutura do discurso desempenham na determinação das chamadas regras sintáticas.

¹³ Esse estudo é interpretado na visão de Princípios e Parâmetros por Travis (1984).

Em contraste, veja a seguinte posição sustentada por Kuno (1987: 1):

Dado um processo lingüístico que é regido puramente por fatores sintáticos, tal processo será descrito pelo componente sintático da gramática tanto por um formalista quanto por um funcionalista. Por outro lado, dado um processo lingüístico que é regido tanto por fatores sintáticos quanto por, digamos, fatores discursivos, este terá os aspectos sintáticos formulados pelo componente sintático, enquanto os fatores discursivos que interagem com os sintáticos serão explicados pelo componente discursivo. Os sintaticistas puristas se concentrarão na primeira caracterização e os funcionalistas na segunda. Não deve haver um desentendimento necessário entre os dois.

No Brasil, há também adeptos dessas duas posições. Votre e Naro (1989) negam a sintaxe, enquanto os pesquisadores funcionalistas do Projeto da Gramática do Português Falado seguem a linha de Franchi (1976), segundo a qual a língua é constituída de três sistemas: o sistema sintático, o semântico e o discursivo, que se articulam através do léxico¹⁴.

4. Diferenças adicionais entre funcionalistas

Vimos que o funcionalismo pode ter várias abordagens: linguagem interna ou externa, descrição em nível inter- ou intra-lingüístico. Mas há ainda diferenças quanto às funções privilegiadas e o método de trabalho.

Da mesma forma que o estruturalismo europeu e o estruturalismo americano diferem porque este é muito mais formalista e aquele muito mais funcionalista, os que se dizem funcionalistas nos Estados Unidos são mais próximos dos formalistas do que os que se dizem funcionalistas na Europa.

Teóricos como Li e Thompson, Keenan e Comrie¹⁵, Givón, Hopper, e Bever e os relacionistas, entre outros, procuram justificar a forma das gramáticas usando como base de estudo os padrões lingüísticos nas várias línguas, isto é, seu ponto de partida é a forma sentencial (mesmo dispensando

¹⁴ Consultem-se os trabalhos referentes a classes de palavras nos volumes da gramática do Português Falado, vols 1-6, Campinas: Editora da UNICAMP

¹⁵ Embora inglês, Comrie se identifica mais com o tipo de trabalho dos gramáticos relacionais americanos do que com o trabalho do britânico Halliday.

estruturas arbóreas), identificando-se aí metodologicamente com os formalistas. Já Kuno é muito mais formalista, pois pressupõe as estruturas arbóreas. A linha de Halliday, por outro lado, usa como ponto de partida não as funções gramaticais para descrever padrões sentenciais, mas sim funções de vários níveis como primitivos, incluindo-se aí as funções pragmáticas do tipo ilocucionário, procurando descrever como essas funções juntas determinariam a forma das enunciações. A visão é interativa entre níveis, mas os níveis que são enfatizados são os que têm a ver com a comunicação. Para Halliday, a unidade de estudo não é a sentença (unidade sintática), mas sim o texto, embora metodologicamente ele não consiga esquivar-se ao uso de unidades sentenciais em sua descrição e argumentação¹⁶. Halliday propõe os seguintes tipos de função:

- a) ideacionais (ou cognitivas) (f_1)
- b) interpessoais (ou modais) (f_2)
- c) textuais (f_3)

Esquemmatizando a visão de Halliday, temos:

[14] (f_1, f_2, f_3) --> texto

A função de sujeito, para ele, não se define em um só nível, distribuindo-se pelas funções (a), (b) e (c).

Podemos dizer que o funcionalismo de Halliday difere ainda do de autores americanos sobretudo pela dimensão cognitivo-sócio-cultural que ele adota em contraposição à perspectiva cognitivo-psicológica dos demais. Assim, por exemplo, se Keenan e Comrie, de um lado, e Kuno, de outro, independentemente, explicam a forma das relativas nas várias línguas usando argumentos de processabilidade, mostrando que as línguas elegem as alternativas que favorecem o processamento automático, Halliday já relaciona complexidade lingüística com complexidade da própria interação social. Nesse sentido, ele se alinha com os funcionalistas sociolingüistas como Sankoff e Brown (1976), para quem, o desenvolvimento da crioulização se dá por necessidades comunicativas.

Mas é importante ressaltar aqui que o objeto desses dois tipos de lingüistas é diferente. Para os primeiros, o objeto é o uso da gramática enquanto, para Halliday, o objeto é o discurso/texto. Metodologicamente os lingüistas de orientação norte-americana ainda partem da forma como o problema a ser desvendado, haja vista a preocupação de Hopper com o uso de tempo e aspecto

¹⁶ O estudo mais aprofundado do funcionalismo de Halliday encontra-se em Ilari (1992).

no discurso, o de Votre e Naro (1989), com a variação de ordem SV/VS nas narrativas, e o de Braga (1984), com a ausência /presença de pronome resumptivo em construções de tópico em fala vernacular. A partir da forma procuram determinar as funções.

5. O terreno comum de formalistas e funcionalistas

É um erro, a meu ver, pensar que formalistas e funcionalistas não possam vir a trabalhar juntos em um mesmo objeto. Se é verdade que os funcionalistas trabalham com o uso da língua, em uma das visões de uso que vimos (a que utiliza funções gramaticais como primitivos e princípios de processamento como meta) a gramática entra como um componente central.

Os estudos formais, por outro lado, vêm identificando outras funções, como as de tópico e foco e também os problemas de restrições de definitude. A diferença é que a identificação e definição são sempre de caráter estrutural e formal. Mas lembremos que embora termos como Tema e Rema sejam tão antigos quanto a gramática-padrão, os funcionalistas vêm também se utilizando de termos como Tópico e Deslocamento à Esquerda, usados primeiro por Ross (1967), com uma descrição formal até hoje aceita na literatura.

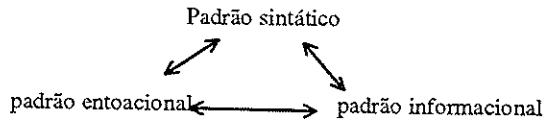
O trabalho seminal de Li e Thompson (1976) sobre uma tipologia lingüística que distingue línguas de proeminência de tópico e línguas de proeminência de sujeito, tornado conhecido entre nós através do trabalho de Pontes (1987), é o texto inspirador do livro organizado pela gerativista Kiss (1995), cujo título é: *Discourse Configurational Languages*. O livro discute justamente como há línguas que marcam as funções como tópico e foco morfológicamente ou sintaticamente, ao contrário de línguas orientadas para funções gramaticais e que marcam, por exemplo, a função de foco, via prosódia.

Estudando a possibilidade de ocorrência de argumentos nulos na sentença, Huang (1984) já havia também classificado as línguas em línguas quentes, ou orientadas para a sintaxe, e línguas frias, ou orientadas para o discurso, sendo que estas permitem argumentos nulos pragmaticamente identificados e aquelas não. E são exatamente as línguas de proeminência de tópico que admitem argumentos nulos pragmaticamente identificados, o que permite agrupar num mesmo grupo lingüístico o chinês e o português do Brasil (cf. Pontes, 1987).

Tentando correlacionar outros fatos com a manifestação do tópico e do foco na sintaxe, Creider (1979) mostra que sua posição canônica nas línguas naturais pode ser predita pela tipologia da língua em termos da ordem de suas

funções gramaticais. Assim, línguas que usam a posição inicial para tópico e final para foco são línguas SVO; línguas que tratam a posição inicial para tópico e a posição pré-verbal para foco são línguas SOV; finalmente, línguas que tratam a posição inicial para foco e a final para tópico são línguas iniciadas por verbo (nandi, filipino, malaquenho).

É interessante observar que a posição de COMP que é focal para línguas SVO, quando ocupada, leva essas línguas a se conformarem com o padrão VS através do movimento do verbo ou do auxiliar. Logo, podemos dizer que a anteposição do verbo nas línguas românicas e do auxiliar nas línguas como o inglês são motivadas tipologicamente pela relação descrita acima entre a ordem sintática básica e a estratégia de posicionamento de informações discursivo-pragmáticas. É possível ainda que essa relação seja mediada pelo padrão entoacional que cada tipo de língua exige, havendo então uma relação ternária do seguinte tipo:

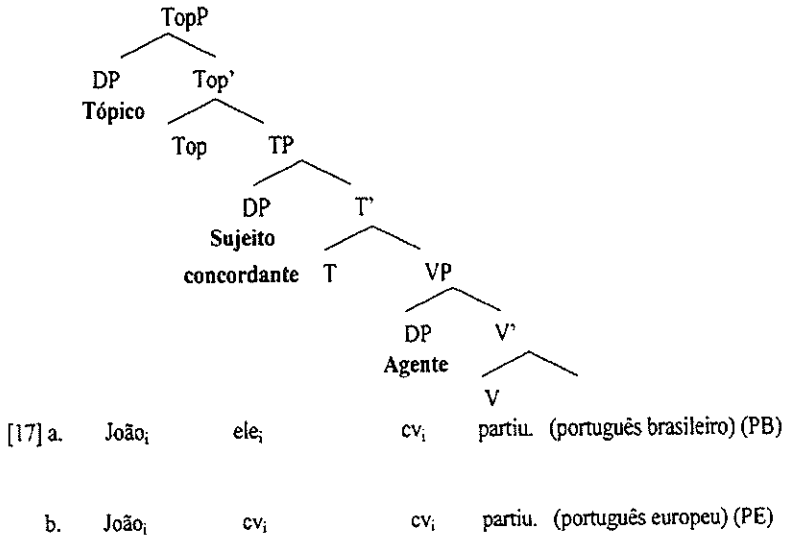


Essa preocupação com funções distintas às de sujeito, objeto e objeto indireto vem assolando também a literatura gerativista, de forma geral. Assim, relativamente aos primitivos semântico-pragmáticos, veremos que eles afloram hoje mesmo em gerativistas fiéis ao modelo de Princípios e Parâmetros, em categorias como FP (Focus Phrase)(Uriagereka, 1995) e TopP (Topic Phrase) (Rizzi, 1996), ou no próprio minimalismo de Chomsky, com estatuto de traço, como {+força} em Comp (Chomsky, 1995), com interpretação de força ilocucionária¹⁷. A grande diferença é que, para os formalistas, essas funções assumem o estatuto de categorias formais ou de traços de núcleos, na estrutura, mas não para os funcionalistas, para quem a ordem linear parece ser um requisito formal suficiente¹⁸.

¹⁷ Não confundir com a natureza forte de um núcleo, força essa que se refere à capacidade atratora desse núcleo.

¹⁸ O fato de não lidar com os fenômenos de ligação e quantificação talvez seja o motivo da maioria dos funcionalistas não verem a necessidade de representação estrutural. Vide Reinhart (1983), que separa co-referência de ligação, o primeiro, um fenômeno do discurso e o último, um fenômeno sintático dependente da relação estrutural de c-comando. Já Kuno, como trabalha essencialmente com aspectos ligados a esse fenômeno, diferencia-se dos demais, pressupondo estrutura

Vimos acima, ainda, que a noção de sujeito, para Halliday, se distribui em níveis diferentes de função. Ora, para os gerativistas, o mesmo sintagma nominal DP assume várias relações no decorrer da derivação¹⁹:



Vê-se que o PB tem manifestações morfológicas distintas para tópico e sujeito gramatical, enquanto no PE essa distinção é morfo-fonologicamente invisível, embora a mesma representação esteja subjacente a ambas as línguas²⁰.

Para os gerativistas de hoje, um elemento que nasce com o papel temático de agente dentro de VP, se alça para uma posição mais alta a fim de checar caso e concordância (função gramatical) e pode receber outro sintagma nominal co-referente em um Especificador mais alto, com traços de topicalidade, sendo este em algumas línguas o próprio sujeito gramatical a subir. O DP que vai subindo deixa vestígios (cv) e a cadeia formada pelo DP e seus vestígios têm as várias propriedades do sujeito: agente, nominativo, sintagma concordante, tópico.

¹⁹ Cv= categoria vazia

²⁰ V. estudo de Britto (1989) para esse fenômeno

Como fica, nisso tudo, a tese da autonomia da forma lingüística? Com a descoberta das chamadas línguas discursivamente configuracionais, que exibem uma morfo-sintaxe específica para codificar as chamadas funções discursivo-textuais como tópico e foco, o que fica claro é que se a Forma Lógica das línguas não deve, em princípio, apresentar variação, mesmo as línguas frias, ou discursivamente não-configuracionais, deverão chegar à Forma Lógica com a mesma representação das línguas quentes. A consequência disso é que voltamos à discussão da tese da iconicidade dos funcionalistas. Podemos dizer que algumas línguas são mais icônicas em relação a funções discursivas e elas são a chave para determinar quais são as funções que estão gramaticalizadas nas línguas naturais, mesmo que em algumas delas a relação seja opaca do ponto de vista morfo-sintático e às vezes só acessível através da prosódia.

Chomsky (1995) considera hoje a Forma Lógica (FL) e a Forma Fonética (FF) como os únicos níveis conceitualmente necessários e estes são os que fazem a interface respectivamente com os sistemas conceitual-intencional e articulatório-auditivo, no sentido de poderem ser consideradas instruções para seu uso. Segundo ele, a forma lingüística nesses dois níveis pode se revelar perfeita (“optimal”) para seu uso.

A moral deste trabalho não poderia ser mais óbvia. A língua é signifiante e significado, dois lados da mesma moeda. O ponto de partida metodológico não importa. Fica ao gosto de cada um. Mas se trabalharmos em consonância, certamente chegaremos a descobertas mais abrangentes e interessantes. Um exemplo disso é o trabalho feito por um funcionalista, Ataliba de Castilho, e uma gerativista, a autora deste trabalho, que em co-autoria (Kato e Castilho, 1991) procuram derivar estruturalmente a idéia funcionalista de Castilho e Castilho(1992) de que os advérbios modalizadores seriam um tipo de hiper-predicadores. Assim, da mesma forma que o adjetivo *possível* é analisado como um predicado que seleciona uma proposição como complemento, o advérbio *possivelmente* é analisado como um predicador que seleciona uma proposição. Se este casamento foi possível, por que não outros?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE BERLINCK, R. (1995) *La Position du Sujet en Portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Katholieke Universiteit Leuven: Tese de doutorado.
- BEVER, T.G. (1977) The influence of speech performance on linguistic structure. In: G.Bever, J.J. Katz & T.Langendoen (orgs.)(1976) *An Integrated*

- Theory of Linguistic ability*. Sussex: The Harvester Press.
- _____. (1975) Functional explanations require independently motivated functional theories. *Papers from the Parasession on Functionalism*. CLS, 580-609.
- _____. (1970) The cognitive basis for linguistics structures. In: J. R. Hayes (org.) *Cognition and the Development of Language*. Wiley.
- _____. J.M.CARROLL & L. MILLER (orgs.) (1984) *Talking Minds*. Cambridge, Mass; The MIT Press.
- BRAGA, M.L. (1984) Tópico e ordem vocabular. Trabalho apresentado na 36ª SBPC, São Paulo.
- BRITTO, H. (1998) *Deslocamento à Esquerda, Resumptivo-sujeito, Ordem SV e a Codificação Sintática de Juízos Categórico e Tético no Português do Brasil*. UNICAMP: Tese de doutorado.
- CASTILHO, A.T. (1994) Um ponto de vista funcional sobre predicação. *ALFA*, 38:75-95.
- _____. & C.M.CASTILHO (1992) Advérbios modalizadores. In: R.ILARI (org.) *Gramática do Português Falado, Vol II: Níveis de Análise lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.
- _____. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- CLARK E. & H. CLARK (1977) *Psychology and Language: an introduction to psycholinguistics*. New York: Harcourt, Brace Jovanovich.
- CLARK, H & S.E.HAVILLAND (1977) Comprehension and the given-new contract. In: R.º Freedle (org.) *Discourse production and Comprehension*. New Jersey: Ablex Publishing.
- COLE, P. & J.M.SADDOCK (orgs.) (1977) *Syntax and Semantics: Grammatical Relations (vol.8)*. New York: Academic Press.)
- COMRIE, B. (1981) *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago & Oxford: Oxford University Press.
- CREIDER, C. A. (1979) On the explanation of transformations. In: T. GIVON (ed.) (1979).
- DIK, S.C. (1978) *Functional Grammar*. Amsterdam: North Holland.
- DIXON, R.M.W. (1979) Ergativity. *Language*, 55.1: 59-138.
- DILLINGER, M. (1991) Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A*, 7,1: 395-408.
- DU BOIS, J.W. (1985) Competing motivations. In: J.HAIMAN (org.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins.
- FRANCHI, C. (1976) Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem. *UNICAMP: Tese de doutorado*.
- GIVÓN, T. (1979a) (org.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*, Vol 12. New York: Academic Press.

- _____ (1979b) *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press.
- _____ (1984) *Syntax: a Functional and Typological Introduction*. Amsterdam: John Benjamins.
- GREENBERG, J.H. (1966) Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: J.H. Greenberg (ed.) *Universals of Language* (2nd ed), Cambridge, Mass: MIT Press.
- HALLIDAY, M. (1967) Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, 3: 199-244.
- _____ (1970) *Language Structure and Language Function*. In: J. LYONS (org.) *New Horizons in Linguistics*. New York: Penguin.
- _____ (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. London: E. Arnold.
- HOPPER, P. (1979) Aspect and foregrounding in discourse. In: GRIVÓN (org.) (1979).
- HUANG, C.T.J. (1984) On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15, 4: 531-574.
- ILARI, R. (1992) *Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- JOHNSON, D. (1977) On relational constraints on grammar. In: P. Cole & J. Saddock (orgs.) *Syntax and Semantics: Grammatical Relations, Vol 8*. New York: Academic Press.
- KATO, M. A. (1985) Estratégias de interpretação de sentenças e de compreensão de textos. In: M.A. KATO. *A aprendizagem da Leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed.
- _____ (1986) *O Mundo da Escrita*. São Paulo, Martins Fontes, 9ª ed (1998).
- _____ & A. de CASTILHO (1991) Advérbios como núcleos predicadores. *Revista D.E.L.T.A.*, 7, 1: 409-423.
- KEENAN, E.L. & B. COMRIE (1977) Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, 8: 63-99.
- KIMBALL, J. (1973) Seven principles of surface structure parsing in natural languages. *Cognition*, 2: 15-47.
- KISS, K. (1995) *Discourse configurational Languages*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- KUNO, S. (1972) Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry*, 3, 3: 269-320.
- _____ (1974) The position of relative clauses and conjunctions. *Linguistic Inquiry*, 5: 117-136.
- _____ (1975) Three perspectives in the functional approach to syntax. *Papers from the Parasession on Functionalism. CLS*, 276-336.
- _____ (1987). *Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LEECH, G. (1983) *Principles of Pragmatics*. London: Longmans.
- LEGENDRE, G., W. RAYMOND & P. SMOLENSKY (s.d.) *An optimality theoretic typology of case and grammatical voice systems*. University of Colorado, Boulder, ms.

- LI, Ch & S. THOMPSON (1975) The semantic function of word order: a case study in Mandarin. In: Ch. LI (org.) *Word Order and Word Order Change*. Austin: University of Texas press.
- _____ (1976) Subject and Topic: a new typology of language. In: Ch. Li (org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press.
- NASCIMENTO, M. (1990) Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, 6, 1: 83-98.
- NEVES, M. H. M. (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- PEZZATTI, E. G. & R. G. CAMACHO (1997) Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *D.E.L.T.A.*, 13, 2: 275-291.
- PONTES, E. (1987) *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores.
- PRINCE & SMOLENSKY (1994) Optimality in Language and cognition II. Trabalho apresentado na *Society for Philosophy & Psychology*, Memphis.
- REINHART, T. (1983) *Anaphora and Semantic Interpretation* Chicago: The University of Chicago Press
- RIZZI, L. (1996) The fine structure of the left periphery. Université of Genève, ms.
- ROSS, J. R. (1967) Constraints on Variabls. MIT: Ph. D. Dissertation.
- RUWETT, N. (1972) *Theorie Syntaxiques et Syntaxe du Français*. Paris: Ed. Du Seuil.
- SANKOFF, G. & P. BROWN (1976) The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives. *Language*, 52: 631-66.
- STOWELL, T. (1981) *The Origin of Phrase Structure*. MIT: Ph.D. Dissertation.
- TARALLO, F. (1986) Zelig: um camaleão linguísta. *D.E.L.T.A.*, 2, 1: 127-144.
- TRAVIS, L. (1984) *Parameters and the Effect of Word Order Variation*. MIT: Ph.D. Dissertation.
- URIAGEREKA, J. (1995) An F position in Western Romance. In: K. É. Kiss (org.).
- VOTRE, S. & A. NARO (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, 5, 2: 169-184.
- YNGVE, V. H. (1960) A model and an hypothesis for language structures. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 104: 444-466.
- ZIFF, P. (1960) *Semantic Analysis*. Ithaca: Cornell University Press.
- ZIV, Y. (1975) On the relevance of content to the form-function correlation (na examination of extraposed relative clauses). In: R. E. Grossman, L. James SAN & Timothy J. VANCE (orgs.) *Papers from the Parasession on Functionalism*. CLS. Chicago.
- ZUBIN, D. A. (1979) Discourse functions of morphology. In: T. GRVÓN (org.). (1979).
_____ & K-M. KOPCKE (1985) *Studies in Language*, 9, 1: 77-107.